



# JORNAL DO SINDIPETRO

## PARANÁ E SANTA CATARINA

Informativo do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina | Ano XXX | Nº 1327 | de 26/02 a 01/05/2014

➔ **CAMPAÑA DIFAMATÓRIA**

# Petrobrás sob ataque



Companhia enfrenta uma campanha difamatória articulada pela mídia e partidos de direita. Objetivo da ofensiva é desestabilizar a empresa e sua gestão estatal com fins eleitoreiros e privatistas.

➔ PÁG. 3

**➔ REPAR**

# Explosão na HRC evidencia ambiente inseguro de trabalho

Mais uma vez o fator sorte impediu que trabalhadores da Repar se ferissem. Uma explosão seguida de incêndio na casa de analisadores da unidade de Hidrotratamento e Reforma Catalítica (HRC) quase atingiu os operadores que estavam na Casa de Controle Local (CCL), há cerca de 10 metros do local da explosão.

O acidente aconteceu às 02h00 da madrugada desta quarta-feira (21). O fogo foi rapidamente apagado pelos petroleiros. Não houve feridos e a casa de analisadores segue interditada.

O impacto da explosão foi sentido na Casa Integrada de Controle (CIC) e também no setor de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Um operador estava no local cerca de meia hora antes do acidente e realizaria uma nova amostragem por volta das 04h00.

Informações obtidas pelo Sindicato dão conta que nas últimas semanas foram registrados vazamentos no local. A principal suspeita é que a explosão tenha sido causada por um cilindro de hidrogênio usado nos analisadores.



**Cilindro explodiu e por sorte não feriu ninguém**

**Prática do abafa**  
Os gestores da refinaria mais uma vez burlaram o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ao não comunicarem o acidente ao Sindipetro Paraná e Santa Catarina. Tal postura é característica de quem tem algo a esconder.

**Investigação**  
A Comissão de Investigação do Acidente foi composta e o nome indicado pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina foi o do companheiro Claudiney Batista. A primeira reunião aconteceu na sexta-feira (23/05) e houve visita à área para tentar iden-

tificar as possíveis causas da explosão.

**Política de (in)segurança**  
Há muitos anos os petroleiros denunciam a falta de segurança no Sistema Petrobrás. Carência de efetivo próprio, aumento da terceirização, precarização da manutenção, leia-se Procop) são as principais causas apontadas pela categoria. Cobranças pelo aumento da produtividade a qualquer custo deixam o cenário ainda mais grave. Petroleiros reivindicam mudanças profundas e urgentes na política de SMS.

## Aberto o processo para eleição de representantes dos trabalhadores na CIPA da Repar

Uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) deve estar comprometida de fato com a saúde e a segurança dos trabalhadores. É um ambiente de disputa, uma vez que conta com representantes da empresa e de membros eleitos pelos trabalhadores. Por isso, é preciso eleger companheiros(as) para a CIPA que estejam dispostos(as) a trabalhar pela garantia da salubridade dos ambientes laborais e não cedam a pressões dos gestores.

É importante ressaltar o papel do cipeiro nesse momento em que está aberto o processo eleitoral para os membros da Comissão da



Repar. A refinaria vem registrando sucessivos acidentes, como a fatídica explosão da Unidade de Destilação, em 28 de novembro de 2013, que paralisou por quase dois meses a produção da refinaria; e o recente acidente na casa de analisadores da unidade de Hidrotratamento e Reforma Catalítica (HRC).

As inscrições para pleitear uma vaga na CIPA/Repar vão até o dia 08 de junho. O período de votação será entre 11/06 e 02/07.

A CIPA é um espaço de formação, debate e luta pelas tão almejadas mudanças na política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

## Chapa Unidade e Renovação vai conduzir o Sindicato no triênio 2014/2017



**Mesários e fiscais que participaram da apuração dos votos**

A eleição do Sindicato dos Petroleiros do Paraná e Santa Catarina aconteceu entre os dias 05 e 09 de maio e o resultado apontou pela aprovação da gestão. A apuração foi concluída ainda na noite do último dia do pleito. A única chapa inscrita recebeu 1001 votos (95,8%). Ao todo, 1045 petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas votaram, o que representou um quórum de 51,1% do universo eleitoral. Votos brancos foram 25 (2,4%). Nulos somaram 19 (1,8%).

A Chapa 1 – Unidade e Renovação - conta com membros da atual diretoria do Sindipetro Paraná e Santa Catarina, mas tem cerca de 40% de novos integrantes. A nova direção será responsável por conduzir o Sindicato no triênio 2014/2017.

A eleição ocorreu de forma tranquila, sem nenhum registro de tumulto. Seis urnas foram colocadas à disposição dos sindicalizados. Para cada uma delas foram designados presidente de urna e mesários. A maioria das pessoas que se voluntariaram para trabalhar na eleição foi composta por aposentados sindicalizados.

O Sindipetro Paraná e Santa Catarina agradece a todos que trabalharam na eleição e também aos que participaram e exerceram o direito democrático.

## Novo endereço do Posto Avançado da AMS em Joinville

As mobilizações dos petroleiros de Santa Catarina no segundo semestre do ano passado por melhorias na AMS garantiram um acordo e o acompanhamento contínuo dos problemas relativos ao plano de saúde da categoria no estado.

Entre as principais conquistas do pacto está a instalação de um Posto Avançado da AMS em Joinville e a ampliação da rede credenciada de profissionais, clínicas e hospitais.

O Posto Avançado funcionou provisoriamente, desde o final de 2013, em um hotel da cidade, mas a partir do dia 26 de maio passará para um local fixo. Confirma o novo endereço.

Posto Avançado AMS Joinville  
 Edifício Terraço Center - Rua Mário Lobo, nº 61, Sala 1314 (13º andar), em frente ao Shopping Center Cidade das Flores – CEP 89201-330 – Centro – Joinville-SC  
 Telefones: (47) 3406.9855 e 3406.9856  
 Rotas: 758.9855 e 758.9856

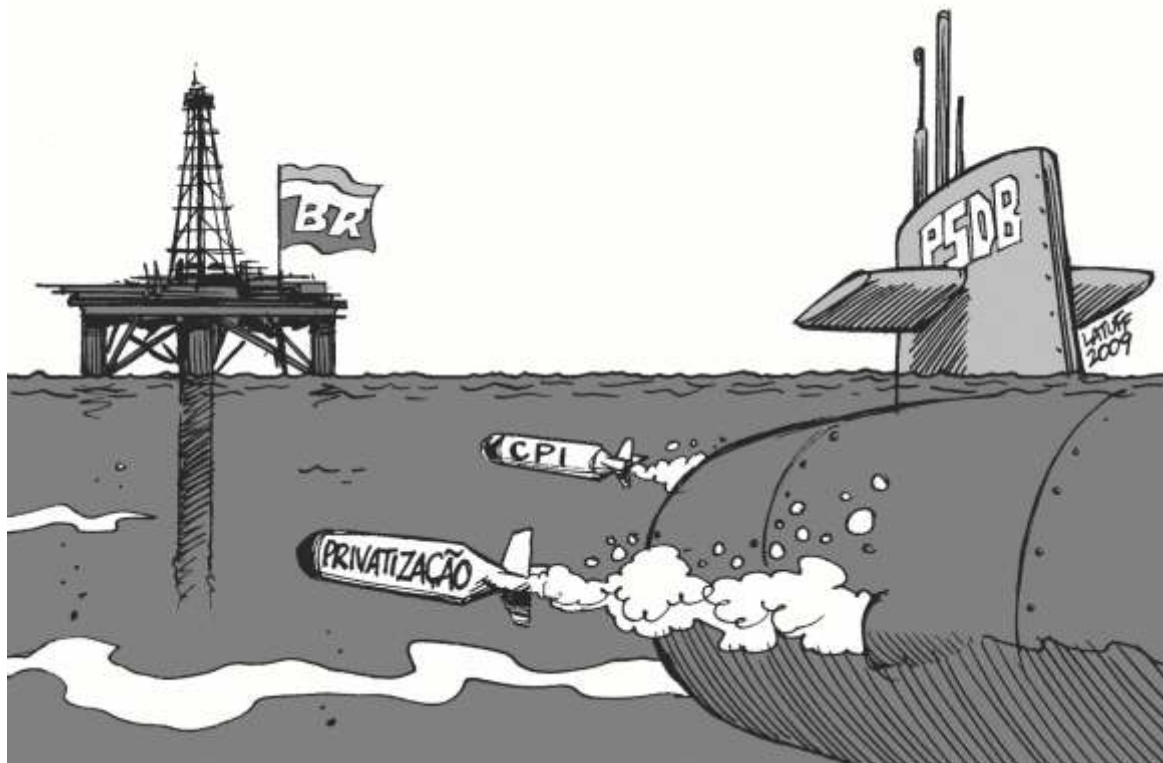
➔ **PETROBRÁS SOB ATAQUE!**

# Petrobrás na mira da mídia e da direita privatista

Não se passa um dia sem que a Petrobrás não esteja em evidência na mídia. Tamanho destaque não é por causa dos recordes de produção ou ainda pelas sucessivas descobertas de novas áreas para a exploração de petróleo, muito menos pelos excelentes resultados econômicos. A companhia atravessa um período de ataques político-midiáticos que tentam desmoralizar a gestão estatal.

Essa novela não é inédita e agora está sendo reprisada pelos setores retrógrados e conservadores da sociedade. Foi assim em 2010, durante o governo Lula, e agora não seria diferente, quando as pesquisas eleitorais refletem o apoio popular ao governo Dilma. Está claro que o pano de fundo dessa campanha difamatória tem fins eleitorais e, pior, privatistas.

Os mesmos PSDB e DEM (PFL), que quando governaram o país fizeram de tudo para privatizar a Petrobrás, trazem de volta à cena política antigas denúncias sobre refinarias adquiridas pela empresa no exterior



e tornam a atacar as que estão em fase final de construção no Brasil. A novidade agora é o apoio dos autodeclarados extrema-esquerda, como é o caso do PSOL, que assinou junto com senadores da extrema-direita o pedido de abertura de CPI exclusiva da Petrobrás junto ao STF, retirando do alvo das investigações os escândalos de corrupção do metrô de São Paulo e do Porto de

Suape (PE).

Quem acompanha a indústria nacional do petróleo sabe da urgência de reestruturação do parque de refino da Petrobrás, que, durante o governo do PSDB/DEM, foi sucateado e estagnado, assim como os demais setores da empresa.

Apesar da crise econômica internacional e da metralhadora giratória da mídia partidária da oposição, a

Petrobrás descobriu uma nova fronteira petrolífera, passou a produzir no pré-sal e caminha a passos largos para se tornar uma das maiores gigantes de energia do planeta. Desmascarar os fins eleitorais da campanha midiática contra a Petrobrás é fundamental não apenas para manter a gestão estatal do Sistema Petrobrás, mas também pela continuidade da luta pela transformação

da companhia em uma empresa 100% pública e pelo retorno do monopólio estatal do petróleo.

Ato público

Os sindicatos de petroleiros junto com a CUT têm realizado manifestações em diversos estados contra os ataques da mídia e da direita contra a Petrobrás. Já aconteceram atos no Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Em São Paulo um grande protesto está marcado para o dia 27/05.

Em Curitiba, o Sindipetro e a CUT Paraná realizam um ato público no dia 18 de junho, às 19h00, no Espaço Cultural e Esportivo dos Bancários (R. Piquiri, 380, Rebouças). Além de cobrar uma gestão 100% estatal e pública para a Petrobrás, com controle social e participação dos trabalhadores, o ato alertará a população para as reais intenções da mídia e dos políticos nesta campanha contra a empresa.

## TST reverte decisão sobre a ação da RMNR e favorece petroleiros

Na semana passada o Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou o acórdão sobre a ação coletiva da Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR) que deu ganho de causa aos petroleiros da Repar. A decisão em última instância reverteu os julgamentos desfavoráveis na Vara de Araucária e no Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

O veredito segue a jurisprudência de outras ações com a mesma reivindicação. No final do ano passado o TST decidiu que os adicionais legais recebidos pelos empregados da Petrobrás em decorrência de trabalho perigoso ou desgastante, como o adicional de periculosidade, adicional noturno, adicional de sobreaviso, Hora Repouso Alimentação (HRA) entre outros, não devem ser subtraídos no cálculo do Complemento da RMNR.

A expectativa é de que as ações coletivas que abrangem outras bases representadas pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina sejam julgadas em breve.

Por outro lado, a Petrobras ingressou com embargos declaratórios para tentar levar as ações da RMNR para o Supremo Tribunal Federal (STF) antes da execução.



**➔ TERCEIRIZAÇÃO**

# CUT exige que o Supremo Tribunal Federal não ceda à pressão dos empresários e respeite os direitos trabalhistas

Depois de perder uma batalha no Congresso Nacional e enfrentar a reação contrária de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST), empresários recorrem ao Supremo Tribunal Federal (STF) para liberar a terceirização da mão de obra para todas as atividades da economia brasileira. É mais uma estratégia de guerrilha dos que não poupam esforços para tirar direitos da classe trabalhadora.

O STF anunciou essa semana que vai julgar se a terceirização e a Súmula 331, que trata dessa forma de contratação de mão de obra em atividades fim (onde atualmente é proibida) e meio, pode ou não ser feita no Brasil. Ou seja, o STF vai decidir se é legal ou ilegal precarizar as condições de trabalho no País.

O tema, muito debatido no Tribunal do Trabalho, bateu às portas do Supremo por conta de um recurso da empresa Celulose Nipo Brasileira contra decisão da JT que a condenou por terceirização ilegal. Segundo o Ministério

Público do Trabalho (MPT), a companhia terceirizava funcionários de empreiteiras para o florestamento e o reflorestamento. Como essa é sua principal atividade, o ato caracteriza, argumentou o MPT, terceirização ilegal.

Ao tratar deste recurso, os ministros do Supremo reconheceram a chamada 'repercussão geral'. Isso significa que, ao julgar o caso, a corte definirá se essa modalidade de contratação é válida ou não em nosso país. Enquanto o STF não julgar, os recursos sobre esse mesmo tema ficarão pendentes de solução definitiva - não podem ser julgados -, aprofundando a precarização das relações do trabalho.

A posição do TST nós já conhecemos. A maioria dos magistrados já se posicionou contra a liberação da terceirização para todas as atividades da economia. Para os juízes do trabalho, é aceitável a normatização do tema desde que as condições de trabalho não sejam precarizadas. Para alguns deles, permitir a terceirização generalizada,



como prevê o projeto de Lei nº 4330 que está tramitando no Congresso Nacional, abriria possibilidade até mesmo empreendimentos sem trabalhadores, com todas as atividades terceirizadas, onde todos prestam serviço como pessoa jurídica.

O que podemos esperar

dos ministros do STF que durante todos os meses em que a CUT se mobilizou e fez dezenas de manifestações para impedir a aprovação do 4330, não se posicionou?

A CUT continua mobilizada contra todas as formas de precarização das relações do trabalho e

assim vai atuar perante o STF, na certeza de que o Supremo não contribua para aprofundar as desigualdades sociais e a retirada de direitos dos trabalhadores.

Por Vagner Freitas,  
presidente nacional da CUT

